

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial

95143 7 2007 DP SC
Al FGC

... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Deputados condenam fraude do leite e temem prejuízos a SC

As denúncias de adulteração de leite em Minas Gerais repercutiram em Plenário com manifestações de repúdio de diversos parlamentares, que respon-

sabilizaram o sistema de fiscalização do governo federal. Além de temer por danos à saúde, deputados esperam que as denúncias não se traduzam em prejuízos

financeiros para os produtores catarinenses, que brigam com São Paulo pela liderança nacional no setor. Há três anos, a Polícia Federal (PF) investigava denúncias

de adição ao leite de produtos químicos, como água oxigenada, soro e até soda cáustica. Duas cooperativas mineiras são suspeitas de fraudar o produto.

Página 6

SESSÕES SOLENES

Eduardo Guedes de Oliveira



Deputados Sopelsa, Herneus, Natal, Merísio, Dresch e Reno com presidente da cooperativa

Alberto Neves



Deputados Décio Góes, Dagomar Carneiro e Jorginho Mello com dentista Saulo Jabor

Parlamento presta homenagem aos 40 anos da Cooperalfa e ao Dia do Cirurgião-Dentista

Página 3

APROVADOS

Madeira apreendida deve virar casa popular

Página 6

Santa Rosa de Lima será capital catarinense da agroecologia

Página 6

CAMPANHA

Miriam Zomer



Combate à corrupção resgata valores éticos e morais na sociedade

Página 5

OPINIÃO

Serasa e SPC devem se adequar

Assim como a própria sociedade, as leis que a regem também devem ser dinâmicas, sendo ajustadas e reajustadas sempre que houver necessidade. É isso que garante a eficiência da legislação. E talvez esteja aí a beleza – e a responsabilidade – do trabalho do legislador. Devemos estar sintonizados com a sociedade para perceber suas mudanças e dar respostas às suas demandas.

Nossa atenção, neste momento, está concentrada no Código de Defesa do Consumidor, tido como uma das mais completas leis deste segmento em todo o mundo. Resultado de anos de debates e inúmeros ajustes, completou 17 anos no mês de setembro e continua sendo adaptado para melhor proteger as relações de consumo.

Assim, propusemos, por meio do Projeto de Lei 151.4, que, em Santa Catarina, órgãos de cadastro negativo para o crédito, como os temidos Serasa e SPC, sejam obrigados a comunicar ao consumidor,

por carta registrada na modalidade de Aviso de Recebimento (AR), quando seu nome estiver para constar de listas de restrição cadastral.

Ou seja, a inserção do nome do devedor em listas de restrição ao crédito só poderá ser efetivada quando da confirmação de que recebeu o comunicado do órgão pertinente. Após apresentar este projeto fomos surpreendidos com a repercussão atingida. Ficou claro, portanto, que esta é uma preocupação dos consumidores. Além de impedir a ocorrência de injustiças motivadas por erros de cadastro, com o aviso será possível uma negociação e até a solução do problema que, afinal, atinge ambas as partes.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina já vem aplicando este princípio. Em diversas decisões, determinou o pagamento de indenizações por danos morais a consumidores que tiveram seus nomes colocados indevidamente em cadastros de restrições de crédito.

OTJ considera como agravante a falta de notificação prévia quando esta é feita por carta simples.

Vale ressaltar que são incontáveis as reclamações que chegam aos órgãos de defesa do consumidor e aos juizados especiais cíveis acerca da realização de compras a crédito, empréstimos e outros tantos contratos com documentos furtados, falsificados ou clonados. Ora, se falsos são os documentos, falso também é o endereço do consumidor. Como, então, poderá se garantir a eficiência da comunicação por remessa de carta simples, como ocorre hoje?

Defendemos que os cadastros negativos devem servir para auxiliar aos fornecedores de produtos e serviços em suas vendas. De forma alguma devem ser entendidos como ferramentas de punição, muito menos de constrangimento ao consumidor.

Deputado José Natal Pereira (PSDB)

Cooperativismo ganha a força da Frencoop

Mais de um século passou desde que os primeiros passos foram dados para a formação do primeiro sistema cooperativo. Mas esta vida longa não é o único número que impressiona na história iniciada por operários ingleses, em Manchester, na Inglaterra, em 1884. A idéia inicial de mudar a condição econômica dos trabalhadores assalariados através da compra e venda comum de mercadorias supriu as necessidades e superou em muito as expectativas. Os 28 operários – 27 homens e uma mulher, que fundaram a “Sociedade dos probos de Rochdale”, primeira cooperativa que se tem notícia, deram início a esta história de sucesso com o capital inicial de uma libra, utilizada para alugar um armazém, onde passaram a estocar produtos que, adquiridos em grande quantidade, eram comercializados a preços mais baratos.

A modalidade associativa cresceu, foi aperfeiçoada, espalhou-se por todo o mundo e atualmente é um dos melhores exemplos de que “a união faz a força”. Segundo dados estatísticos de 2007, mais de 760 mil cooperativas reúnem 727 milhões de cooperados em todo o mundo, em diversos segmentos de atividade. No Brasil, já ultrapassamos 7 milhões de cooperados em quase 8 mil cooperativas, em 13 ramos de atuação, que empregam cerca de 220 mil pessoas. Em Santa Catarina, a Ocesc – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, registra a atuação de 252 cooperativas somando quase 670 mil associados. Em 2006, as cooperativas catarinenses registraram a entrada de R\$7,5 bilhões em receitas totais.

Diante destes fatos, comemoramos a realização da primeira reunião da Frencoop, Frente Parlamentar

Cooperativista Catarinense, integrada por 24 deputados estaduais, nesta terça-feira, na sede da Fecoagro. O encontro servirá para definir as prioridades da Frencoop para o período legislativo de 2008, entre elas, a criação da lei estadual do cooperativismo. Surge agora também a possibilidade de aprovação de uma política estadual de estímulo ao cooperativismo. A pauta do encontro na Fecoagro deve incluir a criação de um pré-projeto estabelecendo instrumentos e mecanismos de estímulo à atividade cooperativista, assistência técnica, criação de parcerias, convênios, acordos, incentivos fiscais e financeiros para o desenvolvimento do sistema cooperativo, conforme proposto pela Ocesc ao governo LHS ainda em 2005.

Deputado Reno Caramori (PP)
Vice-presidente da Frencoop

Educação ganha livro

Com a presença de autoridades, educadores, empresários e convidados, o Sindicato de Escolas

A obra, que tem como propósito auxiliar pais, professores e secretários escolares e traz abordagem inédita.



Clair: obra com abordagem inédita

Particulares de Santa Catarina (Sinepe/SC) e a Assembléia Legislativa promoveram, dia 29, o lançamento do livro “Secretaria Escolar - Dúvidas no dia-a-dia da Educação Básica”, da professora Clair Gruber Souza, coordenadora do Programa de Formação Contínua e Assessora Pedagógica do Sindicato.

Através de 340 perguntas e respostas sobre o assunto, Clair usou sua experiência de trabalho para amenizar as dificuldades encontradas nas secretarias das escolas, especificamente da educação básica. A obra será vendida em livrarias e distribuído nas 230 escolas filiadas ao Sinepe.

Errata

Na edição 274 do AL Notícias, na matéria intitulada “Saúde Bucal sobre Quatro Rodas”, a foto não é da dentista Andréa de Souza, mas da diretora da Escola Básica Donícia Maria da Costa, Ivanisse Zarif Pires Basto.

[AGENDA]

- **05 de novembro, 13 horas:** Comissão de Economia - Audiência pública “Compras governamentais e as micro e pequenas empresas”
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **05 de novembro, 19 horas:** Sessão solene de outorga de medalhas de mérito, homenageando 42 pessoas
Local: Plenário
- **06 de novembro, 10 horas:** Comissão de Saúde – Lançamento da campanha do SUS
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright
- **06 de novembro, 10 horas:** Lançamento do livro “Pequeno dicionário da arte de viver”, de Suzana Modesto Duclós
Local: Espaço Cultural Jerônimo Coelho
- **07 de novembro, 19 horas:** Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais – Audiência pública “Utilização de discriminação e abuso de autoridade por membros dos órgãos de Segurança Pública de Santa Catarina”
Local: Auditório Deputada Antonieta de Barros
- **07 de novembro, 19 horas:** Lançamento do livro “Luiz Carlos Prestes na poesia”, de Lécio Souto Maior, e realização de ato político em homenagem a Luiz Carlos Prestes
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)
1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)
2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)
1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)
2º Secretário: Valmir Comin (PP)
3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)
4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Sandra Annuseck e Cleia Maria Braganholo
Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andréa Leonora, Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlainne Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Moreira, Cláudia de Menezes, Eliseu Baesso, Júlia Zanatta, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Assembléia destaca 40 anos da Cooperalfa

Cooperativa, uma das mais tradicionais do País e com matriz em Chapecó, está presente em 70 municípios

Suzana Couto Tancredo

Em sessão solene realizada dia 29, a Assembléia prestou homenagem aos 40 anos da Cooperativa Regional Alfa (Cooperalfa). A cooperativa é uma das mais tradicionais do País, com matriz em Chapecó. Ela atua no recebimento, armazenamento e industrialização de grãos e está presente em mais de 70 municípios.

Requerida pelos deputados peemedebistas Moacir Sopelsa e Herneus de Nadal, a sessão iniciou com um vídeo institucional. Ao fazer uso da palavra, Sopelsa afirmou que os 40 anos de fundação da cooperativa significam o desenvolvimento do Oeste catarinense e que o maior patrimônio da organização é o seu quadro, formado por quase 15 mil agricultores associados e 1,5 mil trabalhadores que prestam serviços de forma indireta à Cooperalfa. De acordo com o parlamentar, a empresa representa o equilíbrio das ações na agricultura. "É referência no mercado nacional e internacional pelo sistema de associativismo que proporciona."

Já o deputado Nadal lembrou

que a raiz do bom cooperativismo está no Oeste e esses 40 anos de existência da Cooperalfa representam o equilíbrio e a dignidade de um trabalho a ser seguido por todos. Desde o início até hoje, segundo o parlamentar, "temos a marca da competência e respeito de todos os associados".

Fundada para o desenvolvimento socioeconômico da região Oeste e, mais recentemente, do Planalto Norte catarinense, a cooperativa faz com que a economia de Santa Catarina cresça com o trabalho incansável de seus dirigentes. Nadal disse esperar que o cooperativismo continue sempre buscando o bem estar para seus cooperados. "Diante da importância da Cooperalfa, esta é uma singela homenagem."

A Alfa, como é conhecida, também atua na produção de sementes certificadas de soja, feijão, trigo e coberturas de solo. Além disso, desenvolve parcerias com indústrias co-irmãs do sistema cooperativo para o beneficiamento de citros, suínos, aves e leite. A responsabilidade social também faz parte dos programas e trabalhos realizados pela cooperativa.



Eduardo Guedes de Oliveira

Presidente da cooperativa, Mário Lanznaster, diz que homenagem é reconhecimento aos serviços prestados

Presidente agradece homenagem

Para o presidente da cooperativa, Mário Lanznaster, a homenagem é o reconhecimento pelos serviços prestados pela Alfa e seus associados. No universo de 15 mil associados, 32% são mi-

cro-produtores e 59% pequenos produtores, perfazendo um total de 91% de agricultores, sendo os 9% restantes das categorias de médio e grande produtores.

O secretário estadual de Agri-

cultura, Antônio Ceron, afirmou que o governo do Estado se sente muito orgulhoso em sediar uma empresa com o porte da Cooperalfa, modelo que serve de exemplo para todo o país.

Sessão solene homenageia cirurgião-dentista

Alberto Neves



Presidida pelo deputado Dagomar Carneiro (C), dentista, cerimônia faz balanço da evolução da odontologia

Personalidades recebem placa

Na sessão solene, diversos profissionais foram homenageados. Receberam placas comemorativas do Poder Legislativo a Academia Catarinense de Odontologia, a Associação Brasileira de Odontologia (ABO/SC) e o Conselho Regional de Odontologia.

Também receberam o reconhecimento pelos relevantes serviços e contribuições prestados à classe as seguintes pessoas: o ex-governador do estado Esperidião Amin, os cirurgiões-dentistas Telmo Tavares, Telmo José Mezadri, Miriam Pizolat-

ti Cardoso, Vevino Warmling, Avelino Bini, Valeci Nunes Filho, o jornalista Francis Silvy pela reportagem que denunciou o exercício ilegal da profissão e Nery Rocha, colaborador das diretorias da Associação Brasileira de Odontologia.

Scheila Dziedzic

A Assembléia Legislativa prestou homenagem, dia 27, ao Dia do Cirurgião-Dentista. Presidida pelo deputado Dagomar Carneiro (PDT), profissional da área, a sessão solene foi realizada dois dias depois da data oficial reservada para destacar este profissional, comemorada no dia 25 de outubro.

A data marca a assinatura do Decreto 9.311, de 1884, que criou os primeiros cursos de graduação de odontologia no Brasil. Além de destacar os benefícios que o profissional garante à saúde da população, Dagomar salientou a evolução da especialidade e de seus profissionais.

Entre as iniciativas que ajudam a garantir a saúde bucal da sociedade, Dagomar ressaltou a Lei estadual nº 12.062, de 2001, que instituiu a Semana da Saúde Bucal em Santa Catarina. A programação da semana conta com uma série de como debates, palestras e campanhas educativas sobre o tema. Também citou o "Brusque Sorrindo", criado

através de decreto. O programa tornou obrigatória a escovação supervisionada após a merenda escolar, o bochecho semanal com flúor, a aplicação semestral de flúor e ainda a distribuição de materiais de higiene bucal. Com a iniciativa, foram beneficiadas 10 mil crianças dos ensinos infantil e fundamental.

Conselho Regional

Dagomar aproveitou a solenidade para parabenizar o Conselho Regional de Odontologia, que este ano completou 40 anos de fundação e a sua atuação na defesa dos cirurgiões-dentistas e de uma odontologia ética. Ele lembrou também da ação da Associação Brasileira de Odontologia (ABO/SC), órgão associativo responsável pelo crescimento e aprimoramento dos profissionais e da Academia Catarinense de Odontologia, representante da comunidade científica. "Três entidades que se unem num trabalho conjunto, exemplo do que tem que ser reverenciado e perpetuado", observou.

COMISSÕES



Divulgação Stock.xchg

Uma vez implantado em Santa Catarina, selo deve abrir portas para novos mercados, pois torna produto com certificação nacional de sanidade e qualidade

Veterinário defende certificado contra doenças

O médico veterinário Michel Assis destacou a importância de se implantar o Suasa. Através dele, disse, estará garantida a sanidade, livrando o consumidor de perigos de adquirir doenças como a neurocisticercose, que ataca o sistema neurológico.

Depois de amplamente debatida a implantação do selo, a audiência pública de Joinville culminou com alguns encaminhamentos. Os deputados deverão agir como intermediadores entre municípios e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Também vão cobrar junto ao governo do Estado alguns esclarecimentos sobre taxas estaduais para o setor. Eles ainda deverão organizar novos encontros para debater o tema.

Participação

Em Joinville, cerca de 100 pessoas, entre técnicos, médicos veterinários e produtores partici-

param da audiência. Os debates foram coordenados inicialmente pelo vice-presidente da Comissão de Agricultura, deputado Reno Caramori, e na segunda parte foram dirigidos pelo deputado Dresch.

Fizeram parte da mesa da audiência pública, além de Caramori, Dresch e o palestrante Michel Assis, o secretário da Amunesc, Geraldo Bernardes, o gerente da Unidade de Extensão e Desenvolvimento Rural de Joinville, Geraldo da Silva Matos, representando o prefeito Marco Tebaldi (PSDB), o gerente regional da Epagri, Névio Zobot, o secretário regional de Joinville, Manoel José Mendonça, o vereador José Cardoso, representando a Câmara de Vereadores de Joinville, o gerente regional da Cidasc/Joinville, Fernando Rothbarth, e o presidente do Consasc, Donato João Noenberg, secretário da Agricultura de Canoinhas e representante da Fecam.



Eduardo Guedes de Oliveira

Comissão de Agricultura realiza quinta audiência pública para tratar da implantação do novo sistema na agropecuária

SC avalia selo único para sanidade agropecuária

Audiências públicas discutem adesão de produtores ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária

Verlaine Silveira

A adesão de Santa Catarina ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) está sendo avaliada em audiências públicas realizadas pela Comissão de Agricultura e Política Rural da Assembléia Legislativa. Joinville sediou, dia 25, a quinta reunião sobre a proposta com palestra do superintendente do Serviço de Integração de Produtos Agropecuários, Michel Tavares Quinteiro Assis. O encontro foi realizado no auditório da Associação dos Municípios do Nordeste de Santa Catarina (Amunesc).

O Suasa possibilita que os agricultores e as agroindústrias vendam seus produtos para todo o País por meio de um único selo de inspeção sanitária e consequente qualidade.

O sistema foi criado pela Lei Federal nº 9.712, de 1998, tendo sido regulamentado pelo Decreto 5.741, de 31 de março de 2006. Posteriormente foi alvo da Instrução Normativa 19, de 31 de julho de 2006.

Mas o sistema que ainda está em fase de implantação em todo o País não é amplamente conhecido. Muitas são as dúvidas que ocorrem. Para que todos os pontos sejam esclarecidos, a Assembléia Legislativa do Estado, através da Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Moacir Sopsela (PMDB), está organizando as audiências desde o dia 7 de maio deste ano, todas requeridas pelo deputado Dirceu Dresch (PT). Nos encontros são ouvidos produtores, agricultores, médicos veterinários, secretários municipais de agricultura, prefeitos e vereadores.

Novos mercados à vista

Com a regulamentação feita em 2006, o Suasa cria o selo único de inspeção sanitária, denominado SISBI, a partir da integração, padronização e harmonização das ações de inspeção dos municípios (SIM), dos estados (SIE) e do sistema federal (SIF). Isso permite que as agroindústrias familiares possam vender seus produtos em todo o país, sem barreiras. Com o selo, os agricultores poderão abrir mercados, agregando valor ao que produzem, melhorando a renda e a permanência no meio rural.

O deputado Dirceu Dresch (PT) informou que a Comissão de Agricultura está conversando com o Ministério do Desenvolvimento Agrário sobre as condições de adesão ao sistema, o que também está sendo feito junto à Secretaria Estadual da Agricultura. Segundo ele, a secretaria se propôs a fazer um levantamento sobre o que seria necessário implantar para aderir ao SISBI. Na avaliação do deputado, tudo deve ser feito em conjunto, entre estado e municípios.

O deputado Reno Caramori (PP) reafirmou que o assunto é de suma

importância para a economia catarinense e falou da necessidade de participação de todos no processo, incluindo a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (Epagri), bem a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc).

O superintendente do Serviço de Integração de Produtos Agropecuários, Michel Tavares Quinteiro Assis, esclareceu que os produtos que não tiverem ainda um regulamento técnico devem ter o pedido efetuado junto ao governo para poder receber a rotulagem com o selo SISBI – Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal. Somente poderão aderir os municípios que tiverem o Serviço de Inspeção estabelecido, ou onde esse serviço se comprometa a promover a adesão dos produtores.

O selo SISBI inclui a prevenção e combate à fraude econômica, como por exemplo a compra de frangos com água injetada. “O consumidor acaba comprando de 60% a 80% do produto, sendo o restante apenas aumento de peso devido à fraude”, esclarece o técnico.

Preocupação com taxas

Médicos veterinários e secretários municipais de Agricultura da região foram unânimes em afirmar que, mais do que a falta de esclarecimento sobre o conteúdo do Suasa, está a dificuldade do produtor ter recursos para pagar taxas. Michel Tavares esclareceu que o Ministério da Agricultura não cobra nada para realizar seu trabalho, nem quando é necessário viajar.

Entre as demais questões

apresentadas, o secretário Donato Noenberg, de Canoinhas, mostrou a preocupação da Fecam quanto à parte legal do sistema e suas exigências, que ainda são desconhecidas pela maioria dos produtores.

Dresch lembrou que com a chegada do SISBI deve ser criada uma nova cultura para mostrar que o pequeno estabelecimento também pode produzir um bom produto.

Adesão deve ser voluntária

Os requisitos necessários para inserção no Suasa são tratados pela Instrução Normativa 19, que prevê desde o reconhecimento da equivalência dos serviços de

inspeção até os procedimentos básicos de higiene. A idéia inicial é de uma adesão voluntária de agricultores, produtores e agroindústrias.



Miriam Zomer

Promotor Affronso Ghizzo Neto fala ao público no Plenarinho

Campanha combate corrupção

Andreza de Souza

Exigir o fim da impunidade e educar as novas gerações são os dois focos da campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, apresentada, dia 29, no Plenarinho da Assembléia Legislativa. O incentivo à honestidade e à transparência foi destacado pelo promotor de justiça e coordenador da campanha, Affronso Ghizzo Neto, como solução para acabar com esse mal na sociedade.

A campanha é desenvolvida através de parceria da Associação Catarinense do Ministério Público (ACMP), Tribunal de Contas e Ministério Público de Santa Catarina.

O promotor abriu a ex-

posição questionando se existe salvador da pátria. Com os olhos fixos e alguns burburinhos, o público ouviu atentamente o promotor ressaltar que a corrupção vivida nos dias de hoje tem raízes na época de Dom João VI, em 1808, quando os títulos da nobreza eram distribuídos como moeda de troca.

De acordo com Ghizzo, quando se fala em ética e moral, não se fala em ato normativo, determinado por lei, mas em conduta relacional. “Será que vale a pena conseguir o que se quer, passando por cima dos outros a qualquer custo?”, questionou. Ele defendeu a responsabilização pelos atos como arma contra a impunidade.

Promotor lista má conduta

Na palestra, o promotor Affronso Ghizzo Neto listou uma série de exemplos de má conduta: furar fila, sair sem pagar a conta, colar ou falsificar notas da escola, ou ainda ‘contar algumas mentirinhas’.

“A corrupção existe em muitos níveis e nenhum deles é bom”, disse o promotor. Vídeos informativos e educativos foram apresentados, reforçando a reflexão inicial deixada pelo palestrante, que ao final declarou: “Existe, sim, um salvador da pátria. É cada um de vocês, é cada um de nós, já que a sociedade muda quando os indivíduos que

vivem nela mudam.” A palestra foi uma iniciativa da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar da Assembléia Legislativa, presidida pela deputada Odete de Jesus (PRB). O evento integra o Programa de Valorização do Parlamentar Catarinense, ciclo de debates e palestras que iniciou com o jornalista e psicólogo Luiz Carlos Prates. Agradecendo a presença de todos, Odete considerou o tema de extrema importância. “Como integrantes da sociedade, temos que fazer a nossa parte e, se vermos algo, temos que denunciar”, frisou a parlamentar.

APROVADOS

Madeira apreendida será usada na construção de casas populares

A madeira apreendida em Santa Catarina pelos órgãos públicos de proteção ao meio ambiente e repressão a crimes ambientais será destinada à Companhia de Habitação do Estado (Cohab). O material será usado nas construções de casas populares. A companhia poderá firmar parcerias para efetivar programa habitacional com instituições educacionais, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes, preferencialmente no município em que tenha ocorrido a apreensão ou infração.

O Projeto de Lei nº 401/07, aprovado em Plenário, é de iniciativa da deputada Odete de Jesus (PRB) e pretende reduzir os custos para a construção de moradias populares, tornando mais acessível às famílias de baixa renda a casa própria. A parlamentar lembra que a Lei Federal nº 9.605/98 trata de sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, estabelecendo que a madeira apreendida seja avaliada e



Odete: redução de custos

doada a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.

“A madeira apreendida em nosso estado poderá ser destinada a estas finalidades previstas no projeto, dando-se aproveitamento adequado a produtos naturais normalmente abandonados à decomposição, o que também evitará o desnecessário corte de árvores nativas para atender à demanda de consumo, ganhando a economia, o meio ambiente e a população em geral”, completa Odete. O projeto foi encaminhado ao Executivo.

Santa Rosa de Lima, capital da Agroecologia

O município de Santa Rosa de Lima, localizado nas Encostas da Serra Geral, no Sul de Santa Catarina, foi reconhecido pela Assembleia Legislativa da Agroecologia. Os deputados Joares Ponticelli (PP) e Padre Pedro Baldissera (PT) são os autores do Projeto de Lei nº 443/07, aprovado dia 30 em Plenário.

Os parlamentares lembram que, em 1996, nasceu uma

organização solidária pela preservação da vida e da natureza: a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral (Agreco). Eles iniciaram a luta se posicionando contra o uso de insumos químicos na agricultura e incentivando o uso de técnicas alternativas de manejo sustentável do solo e dos tantos outros recursos naturais. Essas práticas garantiram ao município o título de Capital da Agroecologia.

TCE terá diário eletrônico

O Plenário aprovou, dia 31, o PLC nº 40/07, de origem do Executivo, instituindo o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado (TCE). A matéria foi aprovada no período da manhã na Comissão de Finanças na presença do presidente do TCE, conselheiro José Carlos Pacheco. Ela já tinha passado pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho e

Serviço Público.

Também no dia 31 foi aprovado o Programa Permanente de Pesquisa, Assessoria e Certificação aos Estudantes Universitários Participantes de Audiências Públicas e Reuniões das Comissões Permanentes. O Projeto de Resolução nº 11/07, é de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), presidente da Escola do Legislativo.

Deputados repudiam fraude no leite

Parlamentares defendem mudanças no sistema de fiscalização

A denúncia de adulteração do leite longa vida em Minas Gerais repercutiu em Plenário, provocando manifestações de repúdio de diversos parlamentares. Para o deputado Edson Piriquito (PMDB), a situação demonstra a vulnerabilidade da fiscalização dos governos federal e estadual.

Duas cooperativas de Minas Gerais são suspeitas de adulterar toneladas de litros de leite com substâncias proibidas, que fazem mal à saúde. No total, oito pessoas foram presas nos municípios mineiros de Uberaba (MG) e Passos (MG) no dia 22. Há três anos, a Polícia Federal (PF) investigava denúncias de adulteração do leite com a adição de produtos químicos, como água oxigena-

da, soro e até soda cáustica. Em pelo menos 11 estados, entre eles Santa Catarina, a associação de supermercadistas apontam queda de 10 a 60% nas vendas do leite de caixinha.

O prejuízo foi alertado também pelo deputado Dirceu Dresch (PT), temendo pelos produtores. Atualmente, Santa Catarina briga com São Paulo pela liderança da produção de leite.

“O que me preocupa é que essas denúncias tragam problemas para os produtores catarinenses. Não queremos que o estado seja prejudicado.”

A deputada Odete de Jesus (PRB) repudiou o atual sistema de fiscalização. Segundo ela, são apenas 212 fiscais para mais de 1,7 mil laticínios no País. “O

Ministério da Agricultura, Polícia Federal e Ministério Público estão reformulando isso. A figura do fiscal fixo nas empresas deverá desaparecer, sendo substituído por uma equipe de três ou quatro pessoas treinadas pela polícia.” Em um primeiro momento, as mudanças atingirão os produtores de Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul.

Preocupado com a saúde da população, o deputado José Natal Pereira (PSDB) disse que a fraude exige punição. “É preciso colocar esses empresários atrás das grades”, declarou, referindo-se aos fraudadores.

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) lamentou que “os bons produtores estejam pagando pelos maus”.



Piriquito: fiscalização vulnerável



Dresch: temor de prejuízos



Natal: punição aos infratores

Baldissera questiona emendas parlamentares individuais

A aplicação de recursos federais através de emendas parlamentares continua sendo criticada pelo deputado Padre Pedro Baldissera (PT). Ele afirmou que as emendas são utilizadas como moeda de troca. Conforme o deputado, a prática vem se repetindo desde a votação para reeleição, no governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. “É uma prática injusta com os municípios. Essas emendas estão se transformando num balcão de troca”, disparou. Para corrigir o problema, Baldissera sugeriu direcionar todos os recursos para a divisão, conforme os critérios do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

A reunião realizada em Brasília

com a bancada federal catarinense, no dia 25, também foi mencionada pelo parlamentar. Participaram do encontro parlamentares e empresários catarinenses. “Todos que estavam lá queriam a sua fatia do



Padre Pedro: moeda de troca

bolo. Não é assim que as coisas funcionam”, falou.

A elaboração do projeto acadêmico da Universidade Pública Federal para a Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul também foi destacado pelo parlamentar na tribuna. “Vamos poder, enfim, diminuir a distância entre os alunos e a universidade.”

A proposta feita pelo governo federal prevê a instalação de uma sede e dois campi, um por cada estado da região Sul, iniciando o funcionamento com 14 cursos, tendo como meta de expansão chegar a 30 cursos com ensino, pesquisa e extensão. A universidade vai abranger 381 municípios e cerca de 3,7 milhões de pessoas.

Finanças aguarda mudanças no PPA

Comissão espera adequações para definir cronograma de trabalho

Jonas Lemos Campos



Membros da Comissão avaliam possibilidade de realizar audiência pública para discutir Plano Plurianual

O relator Renato Hinnig (PMDB) aguarda que a Secretaria de Planejamento do Estado corrija algumas imperfeições no Plano Plurianual 2008-2011 para estabelecer o cronograma de análise da matéria na Casa Legislativa. Na reunião da Comissão de Finanças, realizada dia 31, o deputado Décio Góes (PT) defendeu realização de audiência pública com a participação de todos os secretários de estado para esclarecer o planejamento de cada área.

“Gostaria que houvesse uma audiência pública, pois como está o PPA é uma proposta muito genérica e não apresenta compromissos objetivos”, critica. Décio acha neces-

sário esclarecer por que a receita aumenta a cada ano, numa condição inversamente proporcional aos recursos para investimentos. Em 2006, foram destinados R\$ 1, 326 bilhão; em 2007, R\$ 1, 210 bilhão e está previsto para 2008, R\$ 989 milhões.

Segundo Hinnig, a explicação é de caráter legal, já que existe vinculação de receita por determinação constitucional e legislação infraconstitucional, o que acaba ultrapassando os 100% da receita. “Tudo o que aumentar na receita vai incidir nos valores vinculados. Esta é uma questão que merece reflexão e a discussão de uma legislação que venha a solucionar o

problema”, diz.

Hinnig informa que a receita do governo está comprometida da seguinte maneira: 13% para pagamento da dívida; 12% para saúde; 25% para educação; 17,85% de repasse a todos os poderes; 47% da folha de pagamento; 1% para o Fundo Rotativo de Estímulo à Pesquisa Agropecuária (Fepa) e 2% à Fundação de Ciência e Tecnologia (Funcitec). A soma de todos estes percentuais obrigatórios ultrapassa aos 100% da receita arrecadada. “Para o ajuste nos 100%, o governo contempla a folha de pagamento até setembro e depois é obrigado a fazer remanejamento orçamentário”, explica Hinnig.

Educação debate bolsas de estudo

Estudantes de Santa Catarina iniciaram os trabalhos de mobilização no interior do estado para a implementação imediata do Artigo 171 da Constituição Estadual, que destina recursos para novas bolsas de estudo para o ensino superior. O passo inicial foi uma audiência pública da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, presidida pelo deputado Darci de Matos (DEM), dia 25, em Rio do Sul.

A audiência, proposta pelo deputado Pedro Uczai (PT), foi a primeira dentre outras duas que serão realizadas, em novembro, em Tubarão e Chapecó. Reuniões e plenárias também estão sendo feitas em todas as universidades do estado para debater o assunto.

Uczai é o autor do Artigo 170 da Constituição Estadual, que hoje garante bolsas de estudo para

cerca de 18 mil estudantes catarinenses do ensino superior. Agora, o parlamentar trabalha pela regulamentação do Artigo 171, que deverá injetar mais de R\$ 46 milhões, provenientes da renúncia fiscal do Estado, em bolsas de estudo de graduação e pós-graduação.

“Estamos trabalhando para

aprovar o artigo até o final deste ano, para que já em 2008 seja implementado”, falou o deputado em Plenário. Ele lembrou da luta para a aprovação do Artigo 170, em 1999, e disse que a regulamentação do Artigo 171 somente acontecerá se os estudantes se mobilizarem como naquela época.

Divulgação: Mauro Pedrosa



Audiência mobilizou estudantes pela regulamentação do Artigo 171

[GABINETES]

FÓRUM PARLAMENTAR

O deputado Onofre Santo Agostini (DEM) participou, dia 29, de uma reunião do Fórum Parlamentar em Santa Catarina, realizada em Florianópolis. Onofre integrou vários painéis de discussão. Entre eles, o que tratava da instalação do Campus da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em Curitibaanos, Joinville e Araranguá.

Único curitibanense presente, Onofre disse que está tudo se encaminhando dentro do previsto para a instalação dessas extensões da UFSC. Ao falar de política, lembrou que não concorda com a política econômica adotada pelo governo Lula, porém admite e parabeniza o governo petista pela iniciativa que trará mais opções e qualidade de ensino para os catarinenses. (Jucimar José Lazare, assessor do deputado Onofre Agostini)

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Comissão de Saúde da Assembléia agendou para o dia 13 de novembro, a partir das 9 horas, no Plenarinho, a realização da audiência pública para debater o projeto de lei 047.5/07, de autoria do deputado Manoel Mota (PMDB), que proíbe a realização de eventos de moda em Santa Catarina com modelos que apresentem IMC (Índice de Massa Corpórea) inferior a 18 quilogramas por metro quadrado.

A matéria, que nos últimos meses recebeu ampla cobertura da imprensa estadual, já foi aprovada nas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e Finanças e Tributação (CFT). Atualmente, aguarda parecer da Comissão de Saúde para ser remetida à deliberação do Plenário.

O deputado Manoel Mota afirma que a participação de médicos, modelos, donos de agência, organizadores de desfiles, universidades e representantes do governo do Estado é de extrema importância para ampliar o debate em torno do assunto. O objetivo de Mota é contribuir com a campanha mundial contra a anorexia, doença que, recentemente, tirou a vida de duas jovens brasileiras e que possui altos índices de mortalidade mundial. (Nikolas Stefanovich, assessor do deputado Manoel Mota)

AUDIÊNCIA NA CASAN

O presidente do Fórum para Construção e Implantação da Barragem do Rio do Salto (Timbé do Sul), deputado Valmir Comin (PP), e o secretário do Fórum, deputado Décio Góes (PT), participaram de uma audiência na Casan com o diretor de Projetos Especiais, Valmir Humberto Piacentini, e o superintendente de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Cláudio Ramos Floriani Júnior, para buscar informações do andamento dessa importante obra para Santa Catarina.

Segundo Comin, o que está impedindo o pagamento das desapropriações das terras que deverão ser abrangidas pela obra e, ao mesmo tempo, resolvendo o impasse quanto à situação dos inúmeros proprietários, é a falta da Licença Ambiental Prévia (LAP), o principal entrave para a continuidade da obra.

Com a assinatura da LAP, o próximo passo, disse Comin, é a conclusão do levantamento topográfico para definir o valor das indenizações, previsto para dezembro deste ano.

Quanto à obtenção de recursos, Comin manifestou otimismo, já que o projeto está incluído no PAC - Plano de Aceleração do Crescimento - do Governo Federal (que deverá arcar com 80% dos custos, com a contrapartida de 20% do Governo Estadual) e no Proágua Nacional. (Assessoria da bancada do PP)

ESPECIAL

Eduardo Guedes de Oliveira



Cerca de 300 pessoas participaram do 1º Encontro de Corais, que foi realizado no Auditório Antonieta de Barros dentro das comemorações da Semana do Servidor do Legislativo

Encontro de Corais encanta público

Iniciativa da Assembléia reúne cinco grupos formados por funcionários públicos, que interpretaram 21 composições

Denise Arruda Bortolon

O ritmo da música típica italiana "La Montana" fez bater num só compasso os corações das quase 300 pessoas que participaram do 1º Encontro de Corais, uma iniciativa da Assembléia Legislativa. O evento aconteceu dia 30, no Auditório Antonieta de Barros, ainda como parte das atividades pela Semana do Servidor do Legislativo, comemorada na semana passada.

Cinco corais da Capital - Coral da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, da Associação Coral do Besc, Coral da Associação dos Magistrados Catarinenses, Coral Hélio Teixeira da Rosa - Tribunal de Contas de Santa Catarina, Coral Encantos e - interpretaram 21 canções e emocionaram o público. Segundo o presidente do Coral da Assembléia, Orlando Matos, o encontro deverá se repetir. Segundo ele, idéia do encontro partiu do regente do Coral da

Assembléia, Reginaldo Osvaldo da Silva, para homenagear os servidores públicos. "A sugestão foi bem recebida pela Casa e o passo seguinte foi convidar corais de outras repartições públicas, já que a maioria dos grupos é formada por funcionários públicos", explicou o presidente.

O regente de cada coral, ao final da apresentação, recebia um certificado de participação do encontro em nome do grupo. O Coral do Poder Legislativo inovou durante a sua participação. Ao interpretar a música "Lagoa da Conceição", os convidados foram surpreendidos pela Dona Maricotinha, personagem de Mônica Prim, que faz parte do coro da Casa.

Reginaldo explicou que o projeto é piloto, mas pode frutificar. "É tempo de semear. Podemos fazer a segunda edição com palestras e atividades que ajudem na prática diária dos corais e regentes", sugeriu.

Saiba mais

Coral da Assembléia

Fundado em 6 de setembro de 2000, o coral da Assembléia reúne funcionários do Poder Legislativo e membros voluntários da comunidade catarinense com o objetivo de abrilhantar eventos promovidos pela Casa, além de participar de outros momentos ligados à música coral do estado.

Coral do Besc

Constituído em 3 de novembro de 1994, conta com 34 vozes, entre empregados, ex-empregados e familiares. Sua excelência pode ser comprovada por meio de prêmios conquistados, como a primeira colocação no Festival de Corais de São José, em 2000, e a participação nos festivais de corais no Santuário de Salete, em 2003 e 2004.

Coral da Associação dos Magistrados Catarinenses

Em atuação há sete anos, é composto por magistrados e funcionários do Tribunal de Justiça e do Fórum. Já participou de várias solenidades, como o Seminário Mundial da Paz em Florianópolis, o XIV Festival Internacional de Corais de Criciúma e o 1º

Encontro de Corais com Canções Natalinas em Nova Petrópolis /RS, entre outros.

Coral Hélio Teixeira da Rosa

Criado em 2 de setembro de 2002, o coral do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Hélio Teixeira da Rosa, foi aberto à comunidade interessada em participar e, hoje, conta com 29 cantores, sendo 11 sopranos, seis contraltos, oito tenores e quatro baixos.

Entre as principais apresentações, destacam-se a sessão solene de comemoração ao centenário de nascimento de Osvaldo Rodrigues Cabral, no Plenário da Assembléia Legislativa.

Coral Encantos

Foi constituído em 11 de novembro de 2002. Em função de sua qualidade musical participa de eventos em todo o Brasil, como o 50º Festival de Corais da Liga Cultural Artística do Alto Uruguai, o Festival Vozes de Santa Catarina, de Criciúma, o Grande Coro da Dedicção, na inauguração do Santuário de Santa Paulina, em Nova Trento, entre outros.

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Jorge Armando Gonzalez
Nascido em 16/08/1991
Desaparecido em 22/10/2006
Cidade: São Paulo - SP



Ketelim Denise Beyer
Nascida em 02/09/2006
Desaparecida em 10/08/2007
Cidade: Cachoeirinha/RS



Graciane da Silva Bandeira
Nascida em 02/07/1988
Desaparecida em 10/10/2005
Cidade: Paçandu - PR



Edvan Ramos dos Santos
Nascido em 13/10/1993
Desaparecido em 30/01/1997
Cidade: Goiânia - GO